

COMBATER A GEOGRAFIA DA DESINFORMAÇÃO DE BOLSONARO

Gabriel Augusto

Doutorando em Geografia pela UFPE e militante da Comuna

gabriel.coelho@ufpe.br

Andrea Crispim

Doutora em Geografia pela UECE e militante da Comuna

crispimab@gmail.com

Não é uma novidade na conjuntura que a extrema-direita se utilize de argumentos falaciosos na tentativa de deslegitimar o conhecimento científico e atacar a educação pública. Contudo, o quadro de disseminação veloz do novo coronavírus pelo Brasil tem levado as hostes bolsonaristas a um novo patamar da canalhice argumentativa.

Liderados pelo próprio presidente, principal difusor da desinformação a serviço de um projeto de morte, números são distorcidos, a gravidade da pandemia é relativizada, comparações esdrúxulas entre países são estimuladas e fica estabelecida a “confusão organizada”. Entendemos que a situação exige um duro combate por parte de pesquisadores e pesquisadoras para desfazer a retórica governamental de negação da ciência.

Esta tentativa constante de deslegitimar a pesquisa no Brasil se expressa tanto no sucateamento da universidade pública, nos cortes das bolsas na pós-graduação, quanto em discursos oficiais como o que assistimos no último dia 24. Em uma só fala, o presidente desconsiderou as recomendações das autoridades médicas e distorceu informações demográficas para chegar a sua conclusão de que é preciso encerrar a quarentena. Chegou ao absurdo fisiológico de recorrer ao status de ex-atleta (sob o qual não temos qualquer confirmação) para dizer que a doença não lhe atingiria na mesma semana em que os Jogos Olímpicos foram adiados por um ano. Terá o presidente melhor compleição física que os atletas de alto nível que ali competiriam? Sabemos que não.

Por trás da negação/distorção dos argumentos científicos, estão os já sabidos interesses econômicos. Empresários que defendem, como Bolsonaro, o fim da quarentena como forma de preservar os seus negócios, desconsideram o efeito positivo desta medida radical para o controle da disseminação em países como a Itália. Calculam a perda de milhares de vidas – nenhuma delas de seus familiares ou deles mesmos – como um custo necessário para continuarem a acumular riqueza. Inúmeros deles contestaram a quarentena dias antes da fala infeliz e calculada de Bolsonaro.

Por este motivo é necessário, a um só tempo, denunciar os interesses econômicos que fundamentam o discurso anticiência de Bolsonaro e contrapor as distorções por ele propagadas. Este desafio está agora, mais uma vez, colocado para geógrafos e geógrafas.

Isto porque muitas informações manipuladas pelo presidente poderiam ser facilmente refutadas a luz dos conhecimentos sistematizados pela Geografia.

Trataremos neste breve texto de contrapor as distorções do presidente a partir de três blocos de questões. Primeiramente, as de ordem populacional ou demográfica. Em seguida, as que envolvem as condições ambientais e urbanas da disseminação do novo coronavírus. Por fim, discutiremos qual a conexão do discurso anticiência de Bolsonaro com os interesses imediatos de agentes do capital e quais medidas consideramos serem importantes para o enfrentamento ao novo cononavírus.

A ESDRÚXULA COMPARAÇÃO COM A ITÁLIA (PARTE 01): ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

A discussão sobre os aspectos demográficos realizada por Bolsonaro, para tratar da propagação do COVID-19 em seu discurso para a população brasileira nos últimos dias, tem sido tratada de forma rasa. As características demográficas têm sido um dos principais pontos discutidos por diversas instituições renomadas, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), que visa compreender o aumento da taxa de letalidade dos países europeus atingidos pela doença, principalmente, entre os idosos e idosas.

Sem perder de vista a importância de análise de tais informações na compreensão do avanço do COVID-19 a nível global, o perigo mora em estabelecer discursos reducionistas feitos através da manipulação de números, como se os números falassem dos aspectos demográficos de forma estática, e não mostrasse que a leitura demográfica ilustra, também, o retrato de aspectos socioeconômicos de um determinado país.

Aqui cabe utilizar a contribuição teoria de Raffestin sobre População e Poder que pode ser encontrada no livro “Por uma Geografia do Poder”.

A comparação feita pelo então presidente entre a Itália e Brasil para justificar a importância em adotar o isolamento vertical, demonstra a total irresponsabilidade em manipular os dados demográficos para a população brasileira, com objetivo de favorecer os grandes empresários e seguir à regra o objetivo de seu programa de governo: massacrar a população pobre do país.

Durante o discurso do dia 24 de março, Bolsonaro dedicou bastante tempo a esta comparação. Disse que mídia brasileira espalhou “uma sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália, **um país com grande número de idosos** e com um clima totalmente diferente do nosso”.

Analisemos agora a parte da afirmação que trata do grande número de idosos da Itália, lembrando que o objetivo da narrativa bolsonarista é, comparando com o Brasil, afirmar que não corremos o risco de ver acontecer aqui o que aconteceu lá.

Como boa parte dos países europeus, a Itália se caracteriza por ter um alto percentual de idosos na composição de sua população. Estes chegavam, em 2017, a representar 23% da população total do país. Em termos percentuais, também em 2017, a população idosa no Brasil figurava como 14,6% do nosso total de habitantes. É verdadeiro, portanto, afirmar que do ponto de vista da composição etária, os idosos são na sociedade italiana um grupo mais expressivo quando comparado com o Brasil

Ocorre que este dado ao mesmo tempo em que revela, esconde. Esconde que em 2017 a população total da Itália era de 60,5 milhões de habitantes. No mesmo ano, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) registrava 207,1 milhões de habitantes no Brasil. Os percentuais de idosos da Itália e Brasil aplicados à população total de cada país nos levam a concluir que a Itália tinha naquele ano cerca de 13,9 milhões de idosos, enquanto no Brasil este número ultrapassava os 30,3 milhões.

A conclusão é simples. Embora na Itália a população idosa seja percentualmente mais expressiva, o Brasil possui em números absolutos mais do que o dobro da quantidade de idosos daquele país. Com efeito, a quantidade de idosos do Brasil correspondia naquele ano a quase 50% de toda a população da Itália. Isso indica que há no Brasil uma maior quantidade de habitantes pertencentes ao grupo etário no qual mais pessoas são vítimas fatais do novo coronavírus.

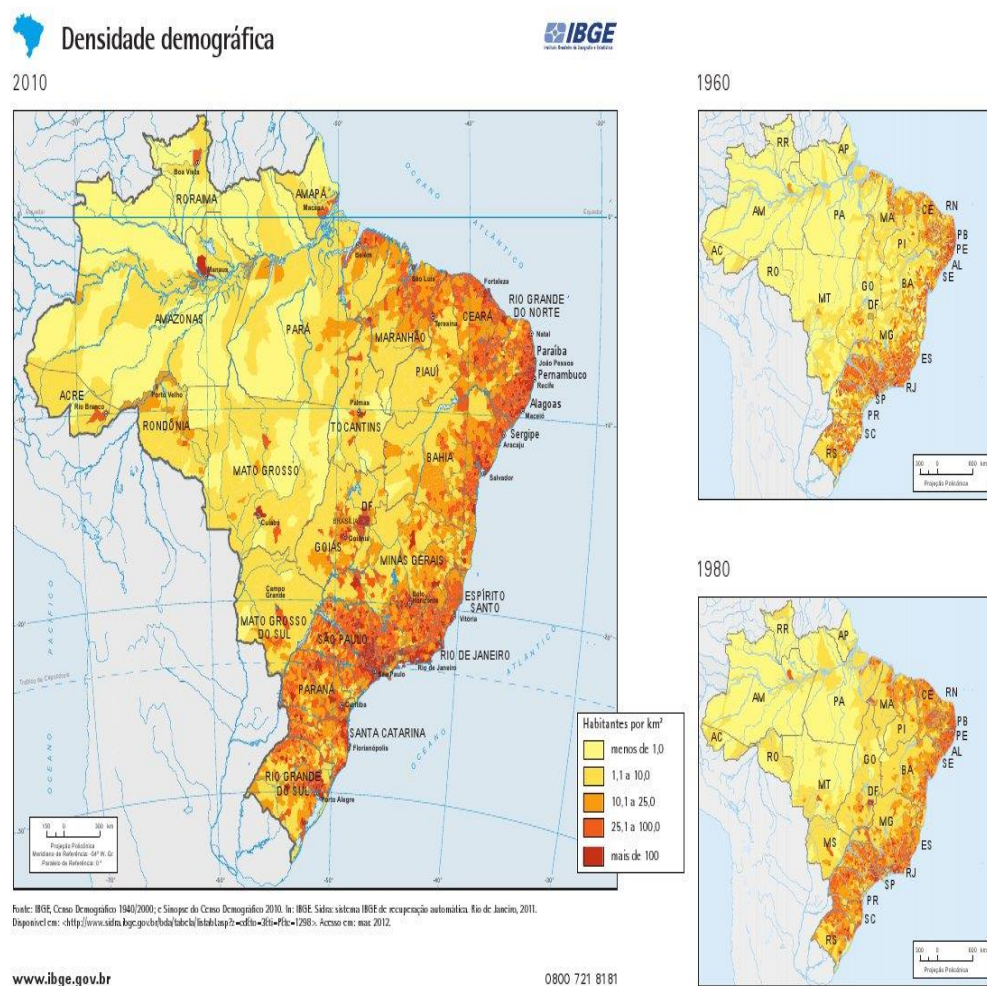
Chegar a esta conclusão nos permitiria pensar ainda: como vivem a maioria dos 13 milhões de idosos italianos e a maioria dos 30 milhões de idosos brasileiros? Em qual destes dois países estes idosos são mais bem assistidos em políticas sociais, de acesso à aposentadoria? A renda média nesta faixa etária se assemelha nesses dois países?

A população idosa do Brasil não só tem duas vezes o tamanho da italiana como sua maior parte, composta de trabalhadores e trabalhadoras, vive em condições de maior vulnerabilidade e é menos assistida pelos programas de proteção social. Portanto, é um absurdo utilizar o critério demográfico/populacional para afirmar que o Brasil não passará pelas mesmas dificuldades que a Itália passou. Uma análise séria deveria nos levar a concluir justamente o oposto.

Ainda na esteira da manipulação dos dados populacionais, ao comparar Brasil, Itália e França, o presidente afirmou: "Não podemos nos comparar com a Itália. Lá o número de habitantes por quilômetro quadrado é 200. Na França, 230. No Brasil, 24". Aqui, já há um erro de precisão, pois segundo o Observatório dos Territórios, a França possui 104,9 hab./Km². Só que mais uma vez, a manipulação dos dados não se dá pelo que estes revelam, mas sobretudo pelo que escondem.

O cálculo da densidade demográfica é feito ao dividirmos a população total de uma determinada localidade pela sua extensão territorial. Contudo, ao estimar uma média de habitantes por km² a partir da densidade demográfica, não podemos esquecer que existem

áreas do Brasil mais densamente povoadas e áreas de menor ou quase nenhuma concentração populacional, conforme demonstra o mapa produzido com dados do último censo.



Assim, a comparação entre a densidade demográfica da França, da Itália e do Brasil é descabida. Primeiro, porque utiliza um raciocínio simplista que desconsidera a radical diferença de extensão territorial entre esses três países, onde o Brasil, país de dimensões continentais, apresenta brutais variações na densidade demográfica no interior do seu território. O que o simplismo esconde? Que nas áreas onde há a maior concentração populacional (faixa litorânea, Sudeste e Sul) a densidade demográfica mais se assemelha a de países europeus.

Tomemos como exemplo o estado de São Paulo, cuja população estimada, em 2019, era de quase 46 milhões de habitantes e que possuía cerca de 248.209 Km² de extensão territorial. Sua densidade demográfica seria da ordem de 185 hab./km². A Itália, por sua vez, com 301.338Km² de extensão e uma população de 60,5 milhões, em 2017, chegaria a cerca de 200 hab./Km², um número bem mais próximo do estado de São Paulo,

bem mais comparável em extensão territorial com a Itália do que um Brasil de dimensões continentais.

Cidades como São Paulo e Milão, que vem sofrendo intensamente as consequências da pandemia, se aproximam na densidade demográfica. Com dados oficiais do Instituto de Estatística da Itália, estimamos que Milão possuísse cerca de 7.646 hab./Km² em 2019. No mesmo ano, a partir da estimativa populacional do IBGE para São Paulo (capital), o número seria de 8.054 hab./Km².

Milão é, diga-se de passagem, a capital da região mais dramaticamente atingida pela COVID-19 na Itália (Lombardia) e teve o seu prefeito como apoiador da campanha “Milão não para”, que defendia a manutenção das atividades na cidade mesmo com a confirmação dos casos. A semelhança com a campanha “O Brasil Não Pode Parar”, lançada pelo governo federal no dia 27 de março.

Retornando ao paralelo Milão / São Paulo, mais uma vez, caberia questionar: se em densidade demográfica as cidades se aproximam, em qual dessas duas cidades a classe trabalhadora possui melhores condições de habitar com dignidade, de ter acesso à água tratada e redes de esgotamento sanitário? Essas são condições básicas para reduzir a transmissão de qualquer doença infectocontagiosa. Uma característica do processo de urbanização brasileiro é a negação desses direitos elementares à maior parte dos cidadãos, atingindo com maior crueldade a população negra e pobre que vive nas periferias.

Nos subúrbios e favelas do Brasil, em casas com poucos cômodos e muitas pessoas, com a negação pelo Estado brasileiro das mais elementares estruturas para habitar com dignidade, a população mais pobre está infinitas vezes mais vulnerável. Com isso, é necessário repelir outro bloco de argumentos utilizados pelo presidente para defender o fim da quarentena e do isolamento social. Aquele que trata das condições ambientais e urbanas para a disseminação do novo coronavírus.

A ESDRÚXULA COMPARAÇÃO COM A ITÁLIA (PARTE 02): CONDIÇÕES AMBIENTAIS E URBANAS DA DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS

“Não tem água na minha casa pra lavar as mãos”. Esta frase presa à rotina de muitas famílias em condições de vulnerabilidade social poderia passar batida em meio ao caos cotidiano vivenciado no Brasil, se não fosse o caráter urgente em combater o COVID-19.

Diante da luta em torno do combate a propagação do vírus, as medidas de prevenção básica colocadas pela OMS, como lavar as mãos diariamente tornam-se desafios para a maioria dos brasileiros e brasileiras, visto que 14,5% (aproximadamente 30,471 milhões de brasileiros/as) não possuem abastecimento de água e residem em assentamentos precários.

O impacto da propagação do vírus sobre as periferias traz a tona o debate sobre os problemas urbanos e ambientais, como falta de moradia adequada, saneamento básico, poluição hídrica, dentre outros pontos vivenciados nestas áreas. É irreal desconsiderar problemas urbanos e ambientais e deturpar o discurso de que o vírus não escolhe classe social. O vírus não escolhe condição social, mas as populações invisíveis aos olhos do Estado, certamente, estão mais vulneráveis à propagação do vírus.

Para além do discurso desonesto de Bolsonaro, que ousa fazer comparações irreais entre países com características urbanas totalmente diversas, desde fatores como a temática da desigualdade social, infraestrutura e renda, mostra a deslealdade e falta de compromisso em evitar o que a OMS chama de uma das maiores pandemias vivenciadas a nível mundial. A grande preocupação com o avanço do vírus em países dos continentes sul-americano e africano é justamente o retrato da desigualdade urbana e ambiental que estes países estão submetidos. Esta é herdeira de séculos de dominação colonial e exploração de nossas riquezas saqueadas. No Brasil contemporâneo, tal dominação se faz sentir por uma política neoliberal massacrante, que entre outras coisas vem sufocando o financiamento da saúde pública por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Desvinculação de Receitas da União e a Emenda Constitucional (EC) 95.

Ademais, o acesso a um planejamento urbano democrático é totalmente desestruturado, as prefeituras fazem vistas grossas para grandes lotes de terra e edifícios nas áreas centrais das grandes cidades que não apresentam qualquer função social. Sem uma radical reforma urbana, que comece por fazer da moradia digna um direito e não uma mercadoria para poucos, continuaremos a ter cidades profundamente vulneráveis à circulação de doenças como a COVID-19. E os mais pobres estarão sempre mais expostos a este risco.

Em um Brasil desigual, com um déficit habitacional de 7.755 milhões de moradias e com 104 milhões de brasileiras/os (o que corresponde a quase metade da população) vivendo com apenas R\$ 413 mensais (PNAD, 2018), a utilização de produtos como álcool em gel, a política de isolamento social tornam-se um privilégio. Se os trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados, que dependem de corridas de aplicativo para transporte de passageiros ou de mercadorias, não tiverem acesso a qualquer outra fonte de renda, continuarão a circular pela cidade para garantir as condições de reprodução da vida.

É neste circular pela cidade, saindo das periferias para os bairros mais ricos (onde a COVID-19 teve maior concentração inicial) e retornando a elas ao final do dia que aumentam os riscos de transmissão. Assim sendo, a luta para paralisar as atividades precisa ser entendida como parte de um conjunto de medidas em defesa da vida e trabalhadores e trabalhadoras. É discutindo este conjunto de medidas que pretendemos concluir nossa reflexão.

DISTORÇÃO DOS DADOS A SERVIÇO DO CAPITAL: É PRECISO PREPARAR A CONTRAOFENSIVA DOS DE BAIXO

Lembram-se quando este mesmo governo federal dizia que a população brasileira estava envelhecendo? Que por isso era necessário fazer a reforma da previdência? Quão cínico é agora o discurso presidencial de que o Brasil não tem tantos idosos e que não é precisamos de “alarmismo” ou “pânico”? Não existe da parte do governo qualquer compromisso com o rigor científico do tratamento dos dados aqui apresentados. Da parte do presidente, sequer sabemos se haveriam condições intelectuais para fazê-lo. Mas sabemos exatamente a quem esse discurso, que não é nem um pouco descuidado, mas bem calculado, pode servir.

Para o empresário Junior Durski, dono da rede de restaurantes Madero, “Não podemos [parar] por conta de 5 mil pessoas ou 7 mil pessoas que vão morrer. [...] Tava melhorando muito, o Brasil tem que continuar trabalhando. Não pode simplesmente os infectologistas [sic] decidir que tem que todo mundo parar”. Roberto Justus, por sua vez, disse que “não vai acontecer porra nenhuma se o vírus entrar na favela, pelo contrário. Essa molecada que tá na favela [...] nem pegam a doença”. Luciano Hang, da Havan, insinuou o que poderia fazer caso as lojas tivessem de ser mantidas fechadas: “aí eu vou pegar e vou pra praia, né? E quem sabe eu tenha que mandar 22 mil colaboradores embora”. No Ceará, a Câmara de Dirigentes Lojistas defende o retorno ao trabalho a partir do dia 30 de março.

Para os representantes do capital, o cálculo é simples: retomar as atividades econômicas mesmo que isso custe vidas. Sabemos que neste quadro, as vidas que estão em maior risco são as daqueles(as) que não podem recusar-se a trabalhar. Não esperemos convencer a burguesia com argumentos científicos, embasamento teórico, análise dos dados. Apoiemo-nos nessas informações para desmascará-los. Mas saibamos que é a racionalidade destrutiva do capital que os orienta e o discurso anticiência lhes é conveniente.

Em defesa da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, convém que a quarentena e o isolamento social sejam mantidos para aqueles que já o fazem e estendido como um direito para aqueles que ainda não puderam fazer. Para isso, efetivar a renda básica emergencial aprovada na Câmara é um passo importante para os trabalhadores(as) que estão na informalidade e desempregados. Por outro lado, não é possível dar ao SUS e aos profissionais de saúde as condições materiais mínimas para enfrentar a crise sem revogar imediatamente a EC 95, que estrangula o orçamento da saúde. Caso os representantes do capital sejam exitosos e consigam desmontar as medidas de quarentena, os trabalhadores e trabalhadoras têm o direito de, em defesa de suas vidas, construir uma greve geral e pressionar as centrais sindicais para este caminho.

Por fim, após cada fala do presidente nas últimas semanas fica evidente que não há uma contradição entre priorizar as medidas sociais de enfrentamento a pandemia e lutar pela saída imediata de Bolsonaro do poder. Sua permanência como presidente é um entrave para desenvolvermos uma resposta à crise da COVID-19 sob a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, paralelamente a luta para aprovar o aumento dos investimentos em saúde pública, proteger a renda dos trabalhadores(as), assegurar aos profissionais de saúde as condições de trabalho, seguir em campanha pelo fim do governo Bolsonaro-Mourão é coerente com a defesa das vidas da nossa classe.